



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**HABEAS CORPUS Nº 680442 - SP (2021/0220729-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**  
**IMPETRANTE** : GLAUBER BEZ  
**ADVOGADO** : GLAUBER BEZ - SP261538  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : HUGO THALHES ALVES NEVES (PRESO)  
**PACIENTE** : WILLIAN GODOI NEPOMUCENO (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de HUGO THALHES ALVES NEVES e OUTRO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (HC N. 2139534-90.2021.8.26.0000).

Consta dos autos a prisão em flagrante dos pacientes em 15/6/2021, posteriormente convertida em preventiva, em razão de suposta prática dos delitos previstos nos artigos 33 e 35, da Lei n. 11.343/06.

Sustenta, em síntese, a nulidade da prisão em flagrante realizada por integrantes da guarda municipal, a insuficiência de fundamentação do decreto prisional, a ausência dos requisitos autorizadores da custódia cautelar e a violação aos princípios do contraditório e da ampla defesa. Ressalta a existência de circunstâncias pessoais favoráveis aos pacientes e a possibilidade de aplicação das medidas cautelares menos gravosas.

Requer "a concessão da medida LIMINAR até o julgamento deste writ, para substituir a prisão preventiva dos Pacientes HUGO THALHES ALVES NEVES e WILLIAN GODOI NEPOMUCENO pelas medidas cautelares do artigo 319 do CPP, bem como seja expedido com extrema urgência os competentes ALVARÁS DE SOLTURA, bem como os ofícios necessários. Após as informações prestadas, requer seja definitivamente CONCEDIDA A ORDEM DO PRESENTE *HABEAS CORPUS*, confirmando-se a liminar, como medida da mais lúdima e cristalina JUSTIÇA!" (fl. 16)

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente